



Desenvolvimento Sustentável dos Territórios: a via da Economia da Funcionalidade e da Cooperação

Christian Du Tertre, Patrice Vuidel, Claire Pinet

► **To cite this version:**

Christian Du Tertre, Patrice Vuidel, Claire Pinet. Desenvolvimento Sustentável dos Territórios: a via da Economia da Funcionalidade e da Cooperação. Horizontes Interdisciplinares da Gestão, Centro Universitário Unihorizontes, 2019, 2 (5), pp.1-25. hal-02457817

HAL Id: hal-02457817

<https://hal.archives-ouvertes.fr/hal-02457817>

Submitted on 28 Jan 2020

HAL is a multi-disciplinary open access archive for the deposit and dissemination of scientific research documents, whether they are published or not. The documents may come from teaching and research institutions in France or abroad, or from public or private research centers.

L'archive ouverte pluridisciplinaire **HAL**, est destinée au dépôt et à la diffusion de documents scientifiques de niveau recherche, publiés ou non, émanant des établissements d'enseignement et de recherche français ou étrangers, des laboratoires publics ou privés.

Desenvolvimento Sustentável dos Territórios: a via da Economia da Funcionalidade e da Cooperação¹

Christian Du Tertre²

Patrice Vuidel³

Claire Pinet⁴

Resumo

O artigo trata do acompanhamento de territórios engajados em uma trajetória de desenvolvimento social, econômico e ecológico, mobilizando o referencial da Economia da Funcionalidade e da Cooperação (EFC). A hipótese é a de que o principal desafio a enfrentar é a capacidade de pensar e colocar em prática uma articulação entre um modelo de desenvolvimento que responda conjuntamente aos desafios ecológicos, sociais e econômicos do território; e a emergência de um novo modelo econômico ao nível da empresa, seja qual for seu status. Essa articulação assumiria a forma de ecossistemas cooperativos e territorializados.

Palavras chave: desenvolvimento sustentável; economia da funcionalidade; cooperação.

Sustainable Development of Territories: The Pathway of Functioning and Cooperation Economics

Abstract

The article deals with the monitoring of territories engaged in a trajectory of social, economic and ecological development, mobilizing the framework of the Economy of Functioning and Cooperation (EFC). The hypothesis is that the main challenge to be faced is the ability to think and put into practice an articulation between a development model that responds jointly to the ecological, societal and economic challenges of the territory; and the emergence of a new enterprise-level economic model, whatever its status. This articulation would take the form of cooperative and territorialized ecosystems.

Keywords: sustainable development; functionality economics; cooperation.

Desarrollo sostenible de los territorios: la vía del funcionamiento y la economía de la cooperación

Resumen

¹ Traduzido por Mathieu Eyméric Cornil Fruleux e Raquel Dastre Manzanares.

² Directeur scientifique d'ATEMIS, économiste, Professeur des Universités (cofondateur d'ATEMIS)

³ Consultant associé et Gérant du laboratoire d'intervention et de recherche ATEMIS

Délégué général du Club Economie de la Fonctionnalité & Développement Durable

Membre du Conseil d'administration de l'association Tempo Territorial

⁴ Intervenante-Chercheuse associée, membre titulaire d'ATEMIS, docteure en sciences économiques

El artículo aborda el monitoreo de los territorios involucrados en una trayectoria de desarrollo social, económico y ecológico, movilizándolo el marco de la Economía de Funcionamiento y Cooperación (EFC). La hipótesis es que el principal desafío a enfrentar es la capacidad de pensar y poner en práctica una articulación entre un modelo de desarrollo que responda conjuntamente a los desafíos ecológicos, sociales y económicos del territorio; y la aparición de un nuevo modelo económico a nivel de empresa, sea cual sea su estado. Esta articulación tomaría la forma de ecosistemas cooperativos y territorializados.

Palabras clave: desarrollo sostenible; economía funcional; cooperación.

1 Introdução

Na França, as autarquias locais e regionais questionam quanto às suas dinâmicas e seus modelos de desenvolvimento. Confrontadas com uma diversidade de desafios ambientais e sociais (mobilidade, reforma de moradia, saúde das populações, precariedade energética, acessibilidade dos serviços, poluições, prevenção-gestão dos resíduos etc.), elas implementam respostas que, muitas vezes, encontram dificuldades para resolver os problemas encontrados. Isso se dá por várias razões:

- Uma produção de planos diretores consumidora de recursos, que dificilmente prepara o real da implementação ao ignorar a principal dificuldade: a capacidade de construir um quadro de ações e uma governança que permitam fazer trabalhar / cooperar atores públicos – privados – associativos – cidadãos, em uma mesma abordagem.
- Ações setoriais realizadas em “silos”, ou seja, sem articular os diferentes campos de ação pública e as escalas de ação fracamente articuladas. *A mobilidade sustentável, para constituir uma alternativa viável ao carro particular, deve declinar-se, ao mesmo tempo, à escala da vida cotidiana (o bairro), àquela do contexto de vida (traslados domicílio-trabalho) e à escala regional/nacional/internacional. A resposta deve associar diferentes serviços técnicos em ligação com as diversas facetas da mobilidade e, simultaneamente, assegurar-se da pertinência da articulação das ações conduzidas especialmente no âmbito das mudanças de comportamento e de modo de vida induzidos por outros serviços.*
- A grande dificuldade para construir respostas e conduzir o ajuste das políticas públicas

a partir dos usos e dos modos de vida, contentando-se, muitas vezes, em procurar agir sobre os comportamentos. *Os planejadores consideram frequentemente, por exemplo, que os futuros moradores de um ecobairro, ao terem acesso a transportes públicos, poderão ficar sem carros e, assim, sem vagas de estacionamento. Na realidade, não é tão automático assim!*

- O financiamento das atividades que se inscreve num plano no qual as duas opções mobilizadas são a despesa pública realizada diretamente pelos serviços da autarquia ou a concessão desses serviços a prestadores externos. Essa concessão pode estar apoiada em uma contrapartida monetária sob forma de subvenção e/ou venda de bens ou serviços (concessão de serviços públicos, por exemplo). Esses modos de financiamento aparecem na realidade pouco adaptados à construção de uma convergência de interesses entre as diferentes categorias de atores, tendo como consequência o comprometimento de numerosas iniciativas quando os fundos públicos dedicados estão em baixa ou estão reorientados para outras prioridades.

Os atores públicos não são os únicos a intervir na escala dos territórios infranacionais. Os atores econômicos independente de terem estatuto privado clássico, associativo ou de economia mista estão também operando. Entretanto, esses atores são também atingidos pelos novos desafios do meio ambiente, da sociedade, de trabalho, de governança. Seja propondo bens ou serviços, eles, até agora, quase sempre se construíram a partir de um modelo econômico baseado nos princípios da dinâmica industrial, isto é, baseados:

- na definição de ofertas normalizadas ou padronizadas, que eles procuram duplicar;
- na busca por ganhos de produtividade baseados em economias de escalas e em uma especialização do trabalho; e
- em uma renda da empresa fundada nos volumes produzidos e vendidos (número de bens ou de horas de serviços prestados).

Em quadro como esse, os atores econômicos se veem confrontados com uma concorrência feroz ligada à saturação dos mercados e à redução dos orçamentos públicos (o que impacta as condições da adjudicação de contratos públicos). Essa situação os leva a baixar seus preços e a reduzir suas margens induzindo uma busca por redução dos custos de produção, tendo como consequências tensões sobre o emprego (*offshoring* ou transferência da produção, supressão de postos de trabalho) e o trabalho (intensificação do trabalho, perda de sentido, exaustão), o que

se traduz, em última instância, na qualidade da oferta e na satisfação dos clientes.

Além disso, essa lógica industrial não favorece uma convergência de interesses com os atores públicos. Por exemplo, um ator remunerado para coletar, separar e tratar os resíduos não tem interesse na redução do volume de resíduos a serem processados. Pelo contrário, ele tem interesse no aumento desse volume; o que o coloca em contradição com as políticas públicas de prevenção de resíduos.

2 Criar um terreno favorável à emergência de ecossistemas cooperativos territorializados

Ultrapassar os limites da ação pública, apresentados até aqui, implica reunir várias das condições seguintes:

- A existência de um terreno de atores capazes de se engajar conjuntamente, de cooperar para a elaboração e a realização de soluções que venham apoiar a perspectiva política do território, pois a perspectiva política por si só não é suficiente para impulsionar iniciativas sustentáveis;
- Uma grande escuta das inovações societais que aparecem no território. Elas são a expressão das necessidades dos cidadãos e dos novos modos de vida em emergência. E revelam, igualmente, as capacidades de agir das empresas, assim como das pessoas, ao mobilizar os recursos imateriais do território.⁵
- Uma postura que implica em partir dos usos e dos modos de vida para construir respostas (lógica “*bottom-up*”). Nossos hábitos de pensar a inovação, provenientes dos processos de inovação tecnológica, levam-nos com demasiada frequência a pensar a inovação segundo um esquema prescritivo (lógica “*top-down*”) do tipo concepção → experimentação/estabilização → desenvolvimento → duplicação.
- Nessa perspectiva, é grande a tentação de querer duplicar/importar em outros territórios

⁵A noção de “território” é eminentemente polissêmica segundo as disciplinas que fazem uso dela. Não se trata aqui de um espaço delimitado por uma autoridade ou uma jurisdição administrativa. A noção de “território” se refere, aqui, a um “território de projetos”, um espaço físico habitado que testemunha uma apropriação ao mesmo tempo econômica, cultural e política do espaço por grupos humanos que se dão uma representação particular deles mesmos, de sua história, de sua singularidade. (Di Méo, 1998).

êxitos locais, apoiando-se sobre o resultado (por exemplo, a forma jurídica imaginada), sem poder/saber considerar os elementos mais invisíveis que tem alimentado o percurso (competências, uma confiança, uma prática da parceria, uma oportunidade, um tempo de maturação muitas vezes de vários anos, etc.). Correndo um risco de que as soluções não se enraízem na cultura, na história do território, nos seus recursos, até mesmo nas expectativas de seus habitantes.

- Uma articulação entre os diferentes campos de ação pública que ultrapassa o recorte setorial onipresente entre as autarquias. Por exemplo, separar a questão dos transportes do tema da precariedade energética não faz sentido, já que os deslocamentos entre o domicílio e as zonas de emprego podem também intervir, às vezes bastante fortemente, no gasto energético dos domicílios.
- Uma boa articulação entre as escalas de ação. As soluções pertinentes não se limitam às jurisdições administrativas dos territórios. O trabalho transversal, entre diferentes serviços de uma mesma autarquia, ou entre serviços homólogos de várias autarquias, se torna uma prática necessária. A noção de “território de vida” é cada vez mais utilizada.
- Uma condução baseada em retornos de experiência e não a partir de planos diretores: a ação é anterior ao pensamento e permite precisar o desejável, o realizável e considerar a pertinência das iniciativas.

Quando a maioria dessas condições está reunida, ainda permanecem dois itens determinantes que podem travar o desenvolvimento sustentável dos territórios: 1) o desenvolvimento da cooperação (em boa parte dos projetos, sejam eles de territórios com energia positiva, territórios lixo zero, desperdício zero, plano clima ar energia territorial), os atores públicos concentram importantes esforços para “impulsionar” dinâmicas de cooperação entre os atores. Mas eles dispõem raramente dos dispositivos para avaliar, consolidar e intensificar essa cooperação.⁶ 2) Um financiamento perene: muitas vezes, as autarquias fornecem o financiamento inicial dos projetos, sem prestar atenção suficiente às diferentes formas de contribuição que permitirão,

⁶A cooperação consiste em levar em conta as restrições dos outros nas escolhas e arbitragens que os atores realizam nas suas atividades reais. Ela tem por base a capacidade de todos em conjugar o seu próprio campo de competência com os desafios, as restrições e as competências dos outros. Portanto, a cooperação refere-se à qualidade do trabalho enquanto atividade criadora de valor num plano econômico, social ou pessoal, e a qualidade das relações entre os atores.

em seguida, perenizar o projeto. Contudo, a diversidade das formas potenciais de contribuições financeiras torna necessária revisitar ao mesmo tempo a questão do valor produzido, das formas de avaliação, e das modalidades de contribuições monetárias e não monetárias.

Essa “engenharia financeira” deve ser equipada. Isso diz respeito não somente ao financiamento regular da estrutura, mas também ao financiamento dos investimentos, notadamente imateriais.

3 O que é um modelo econômico de empresa?

A economia da funcionalidade e da cooperação se define como um novo modelo econômico. Mas o que chamamos de “modelo econômico”? A expressão “modelo econômico” abrange um campo mais amplo de desafios do que compreende, geralmente, a expressão “Business Model” ou “modelo de negócios”.

De fato, um “modelo econômico” articula seis dimensões que vinculam a dinâmica da empresa ao seu ambiente econômico.

- **Uma “proposta de valor” em relação com a demanda.** Essa proposta deve estar alinhada, de um lado, com as expectativas dos domicílios e seus modos de consumo; do outro lado, com as expectativas de empresas e dos organismos públicos ou para-públicos e seus modos de produção. Duas observações devem ser formuladas: a primeira reside no fato de que essas expectativas não estão homogêneas segundo os modos de consumo desejados pelos domicílios, e conforme as escolhas estratégicas das organizações que influenciam seus modos de produção; a segunda reside no fato de que essas expectativas podem evoluir no tempo e no espaço. No período atual, o fundamento legítimo da articulação das “propostas de valores” das organizações com as exigências de sustentabilidade inscreve-se em um debate público aberto. As “propostas de valor”, que representam os bens industriais, ou os serviços concebidos como quase-bens, estão sendo questionadas em razão da não-qualidade de seus usos e dos efeitos deletérios/prejudiciais que podem ter num plano societal (externalidades negativas). Por exemplo, atender a uma necessidade de mobilidade pela oferta de um carro implica em problemas de uso, notadamente nas cidades, em efeitos de poluição e em efeitos sobre o custo fundiário, que aumenta as desigualdades sociais.
- **Uma capacidade de mobilizar recursos materiais e imateriais.** No que diz respeito

aos recursos materiais, a empresa está cada vez mais preocupada com a sua reutilização, reciclagem e sustentabilidade, a fim de atender às regulamentações cada vez mais precisas sobre seu uso. Quanto aos recursos imateriais, surge a questão de saber identificar seu caráter estratégico ou não, saber avaliá-los, saber pensar o seu desenvolvimento, especialmente com base nos retornos de experiência. Sob esse ponto de vista, os métodos de mobilização de recursos materiais e imateriais estão cada vez mais vinculados à qualidade da organização interna da empresa, mas também à qualidade da externa, nas suas relações com outras empresas. Portanto, isso depende de sua organização do trabalho, da forma que sua configuração produtiva assume.

- **Uma “configuração produtiva” garantida por uma organização específica do trabalho.** A configuração produtiva remete a uma dimensão interna à empresa: a organização do trabalho para produzir a proposta de valor. Ela remete também a uma dimensão externa: relações interempresariais para obter os recursos materiais e imateriais necessários a esta produção. Por exemplo, as restrições que pesam sobre a organização do trabalho não são as mesmas se a empresa produz os bens por unidade, em pequenas séries ou em grandes séries; se a empresa produz bens ou serviços; se a empresa produz serviços de logística, serviços de conserto-manutenção, serviços informacionais ou serviços imateriais e relacionais. Além disso, a organização do trabalho não será a mesma se a empresa preocupa-se com o caráter renovável dos recursos materiais, com seus ciclos de vida e se ela dá um lugar estratégico aos recursos imateriais associados à dimensão humana de sua atividade. As dimensões interempresariais podem pertencer a uma cadeia de valor linear, circular ou de ecossistemas cooperativos advindo de suas relações serem encastradas.
- **Um modo de contratualização das relações da empresa com seus clientes ou usuários, seus fornecedores... Alguns chamam essa dimensão da atividade da empresa um “modelo de negócios”,** (ou um *Business Model*). Ela corresponde às condições nas quais a empresa transforma as diferentes dimensões do valor produzido em valor monetário. Essa contratualização pode relacionar-se com a lógica de mercados segundo diferentes formas de concorrência; ela pode também decorrer de convenções monetárias baseadas em compromissos, apoiando-se às vezes em lógicas não monetárias de dons e contradons. Essa dimensão da atividade da empresa leva ao

desenvolvimento de relações entre atores ou em uma relação de força que se inscreve numa cadeia de valor e/ou de cooperação que se inscreve em ecossistemas cooperativos.

- **Um modo de repartição e de acumulação do valor monetário.** No plano financeiro, a empresa é um lugar de acumulação de valor pelos investimentos que realiza e pela acumulação de recursos imateriais provenientes, principalmente, de sua experiência. É também um lugar de distribuição do valor monetário. Isso diz respeito, em primeiro lugar, às relações entre a renda dos que trabalham na empresa e dos que trouxeram o capital. Em seguida, dentro de cada uma dessas categorias, os modos de distribuição do valor monetário entre os diferentes tipos de atores envolvidos, notadamente num ecossistema cooperativo.
- **Um modo de governança.** Essa dimensão da atividade da empresa diz respeito tanto às condições a partir das quais as decisões são tomadas entre atores internos à organização do trabalho (o modo de gestão); entre os atores envolvidos no trabalho e os atores contribuindo ao financiamento da empresa; entre os atores representativos dos funcionários e do capital de maneira tradicional; integrando os beneficiários e, possivelmente, os territórios de acordo com as formas mais inovadoras de governança (como exemplos existem as SCIC – Sociedades Cooperativas de Interesse Coletivo).

Descrever e analisar um modelo econômico requer consequentemente, interessar-se por cada uma dessas dimensões bem como pela maneira como se articulam, integram-se num todo coerente (ou não) no centro de uma estratégia ligada, notadamente, ao desenvolvimento sustentável.

Uma maneira de descrever e analisar o modelo consiste em identificar para cada uma das cinco dimensões a maneira pela qual se realiza a dimensão real da atividade, pela qual se gerencia a dimensão monetária associada à atividade, bem como os elementos jurídicos e contratuais que os regem.

4 O referencial da Economia da Funcionalidade e da Cooperação (EFC)

A Economia da Funcionalidade e da Cooperação é um modelo econômico que consiste em conceber e produzir soluções baseadas na integração de bens e de serviços, associada à venda de uma performance de uso e/ou inserida numa dinâmica territorial.

A definição e a ênfase de uma performance de uso, ou seja, **não vender mais os meios, isto é, bens ou tempo, mas sim um valor servicial**, permite a dissociação entre a criação de valor e o volume de meios mobilizados (bens e serviços). A dimensão material da produção pode ser colocada em segundo plano em relação à sua dimensão imaterial.

Exemplo, a intervenção de uma faxineira em um domicílio gera quais efeitos úteis em termos de qualidade de vida, de paz de espírito, de ganho de tempo? Qual é a despesa aceitável do beneficiário no contexto considerado em vista desses efeitos úteis esperados? Duas consequências a esse questionamento: por um lado, identificar que a intervenção de uma pessoa no domicílio remete a outras dimensões de valor e não só a limpeza do lugar. Abre-se um espaço de inovação servicial em torno da gestão da moradia, do apoio à organização da vida cotidiana das pessoas; por outro lado, o questionamento sobre a despesa aceitável revela que, em muitos casos, essa despesa poderia ser amplamente superior à taxa horária do salário multiplicada pelo número de horas de intervenção, que constitui hoje a modalidade de remuneração da pessoa.

Portanto, há um espaço para desenvolver uma oferta, tendo um valor servicial, mais elevada associada a uma remuneração maior.

É a área mais ou menos estendida da integração dos bens e dos serviços constituindo a solução que permite assumir externalidades sociais, societais e ambientais mais ou menos importantes.⁷ A “solução integrada” resultante é a oportunidade de estender a área das expectativas assumidas nos domínios, por exemplo, da moradia, da saúde, da mobilidade, da informação e do conhecimento, e da alimentação; e, assim, dar corpo aos desafios do desenvolvimento sustentável.

Exemplo: Urbanéo é uma empresa que, de um lado, concebe mobiliário urbano (abrigo de parada de ônibus, especialmente) e, de outro lado, realiza o manuseio e a manutenção desse

⁷Uma externalidade é um efeito indireto, não intencional, da atividade de um ator sobre um terceiro. Esse efeito pode ser positivo (ex: eu desenvolvo as competências dos meus funcionários, eles mobilizam essas competências num envolvimento associativo) ou negativas (para reduzir o custo de construção, eu diminuo o isolamento acústico das habitações. Os vizinhos desenvolvem conflitos). As externalidades de ordem ambiental, societal, econômica se localizam na escala dos territórios infranacionais. O objetivo é de buscar integrá-las no modelo econômico de modo a reduzir os efeitos negativos, aumentar o valor criado.

mobiliário. Ao mobilizar o referencial da EFC, Urbanéo identifica que sua oferta poderia assumir questões de mobilidade, notadamente favorecer uma performance de uso em termos de intermodalidade. O valor da oferta aumenta ao integrar um desafio social. Além disso, a integração do bem (o mobiliário) e dos serviços de manuseio e manutenção numa solução integrada cria uma convergência de interesses entre Urbanéo e as autoridades locais clientes para otimizar a qualidade e a durabilidade do bem (a contratualização é realizada para o provisionamento de um mobiliário em bom estado de conservação: a manutenção torna-se uma carga para a empresa além daquela prevista no contrato).

Na realidade, as trajetórias que permitem evoluir em direção à economia da funcionalidade e da cooperação distinguem-se em dois casos específicos:

- Trajetória 1: A dinâmica centrada na performance de uso designa o fato de não mais vender bens ou serviços separados uns dos outros, mas de integrá-los e de providenciá-los aos seus públicos alvos mediante uma faturação baseada nos resultados obtidos provenientes dessa integração. Essa transição para a dinâmica servicial permite visar de uma maneira nova o ciclo de vida dos equipamentos, bem como as condições de acessibilidade aos serviços.
- Trajetória 2: A dinâmica está baseada na concepção e na realização de soluções destinadas a responder a desafios identificados num âmbito territorial e considerados como centrais em relação à transição ecológica, societal e econômica. É a dinâmica de extensão da área de integração dos bens e de serviços que estrutura a dinâmica sustentável dos territórios: a performance de uso contribui com a dinâmica do território. A mudança da área de atividades e dos atores comprometidos na cooperação em torno de “soluções integradas” permite levar em conta um número crescente de externalidades negativas incididas no território ou de desenvolver externalidades positivas que lhes são úteis. Essa segunda dinâmica econômica muda a relação das empresas com os territórios, por um lado, e com a dimensão humana do trabalho, por outro lado, ao renovar a abordagem da cooperação.

O conceito operacional de performance de uso tem por base uma compreensão precisa dos modos de vida e de consumo, por um lado, e dos modos de organização do trabalho, por outro.

Manter uma performance de uso significa cooperar com os beneficiários, não procurar agir sobre as pessoas, mas sim com elas. *Por exemplo, uma das dimensões da performance de uso ligada ao âmbito do “bem-viver alimentar” decorre de um efeito positivo em termos de saúde dos que se alimentam. Para ser mantida, essa ambição precisa de uma implicação dos que se alimentam que vão ter que fazer evoluir certo número de usos alimentares (aprendizagem das dimensões nutricionais, evolução do tipo de produtos consumidos, desenvolvimento de novas maneiras de cozinhar ligadas ao orgânico, entre outros).*

Acompanhar aqueles que se alimentam numa perspectiva de bem viver alimentar vai, assim, implicar a configuração de soluções integrando um conjunto de bens e serviços, propostos/implementados por uma diversidade de atores reunidos dentro de um ecossistema territorializado.

No exemplo precedente, a solução integrada deve propor conjuntamente frutas e legumes procedentes de horticultores que respeitem o meio ambiente e a saúde dos consumidores, serviço de venda / distribuição próximo, conselhos nutricionais personalizados, possível apoio à prática da cozinha (oficinas). É, também, nessa condição que a performance de uso considerada poderá ser mantida.

A performance de uso apoiada pela solução integrada e pela intenção dada aos efeitos de externalidade é alavanca para assumir efeitos positivos em termos ambientais, sociais, societários e económicos na escala dos territórios. Esses efeitos são inseridos no modelo económico da empresa.

As soluções pertencentes ao “bem viver alimentar” contribuem positivamente às preocupações dos territórios infranacionais em termos de qualidade da água, preservação e regeneração dos solos, mas também em termos de renovação das abordagens da saúde pública nos planos da prevenção aos riscos de diabetes, de acidentes cardiovasculares, de redução das licenças por doença e das inaptidões ao trabalho.

As dinâmicas económicas que se organizam em torno da noção de performance de uso favorecem, além disso, a durabilidade dos bens e/ou a redução do consumo de recursos materiais. O modelo dominante baseado na venda da propriedade individual dos bens, e não na

pertinência de seu uso, e apoiado por formas de organização do trabalho verticais, dispostas em silos, leva, por um lado, à subutilização de certos bens materiais e, por outro lado, à configuração de estratégias de obsolescência programada a fim de renovar sua compra.

Ao contrário, a dinâmica da economia da funcionalidade e da cooperação convida a compartilhar os recursos materiais, especialmente aqueles que não são renováveis, a limitar o uso desses e a favorecer sua reciclagem de forma a diminuir sua pegada ecológica. Como? Construindo com os beneficiários um acordo sobre as performances de uso esperadas e acordando sobre o valor monetário ligado a essa performance de uso.

Passar da venda de um bem à venda de uma performance de uso pode ter como consequência a procura pela redução da obsolescência do próprio bem! Por exemplo, pode-se imaginar passar da venda de um sistema de ar comprimido (venda de um bem do tipo equipamento) à venda do uso do sistema. Na venda do uso, o industrial permanece proprietário do sistema. A remuneração se realiza então em função da quantidade de ar comprimido utilizado. Esse deslocamento do objeto da transação leva a um primeiro efeito em termos de sustentabilidade: o proprietário do sistema de ar comprimido tem interesse em disponibilizar para seu cliente um bem que seja robusto, de fácil manutenção, durável. Nessa base, é possível, em seguida, passar a uma oferta de otimização do uso do ar comprimido e de recuperação do calor gerado. Estamos situados assim numa lógica de performance de uso, que tem interesse nos efeitos úteis do serviço. Nesse nível, o fornecedor e seu cliente têm um interesse convergente em reduzir o uso dos meios, aumentando, simultaneamente, o valor servicial da oferta. Nesse caso, por exemplo, o contrato pode prever que o ganho gerado por uma otimização do consumo deve ser compartilhado entre as duas partes.

Esse deslocamento representa uma alavanca para desenvolver, de modo servicial, as abordagens circulares do tratamento dos bens materiais, da concepção à reciclagem, passando pelo uso. Essa abordagem favorece, particularmente, o distanciamento da propriedade individual dos bens, e favorece o compartilhamento de seu uso, o afastamento das lógicas de obsolescência programada (o bem se torna um apoio da performance; o que cria um interesse conjunto da empresa e do beneficiário em reduzir os custos de uso), e a possibilidade de implementar iniciativas de análise do ciclo de vida (ACV).

5 Evolução do trabalho e desenvolvimento dos recursos imateriais

A dinâmica ligada à economia da funcionalidade e da cooperação convida os atores a ampliarem suas percepções da performance e a comprometerem-se em cooperações com outros para manterem juntos uma ambição nova. Se a convergência de interesses buscada pelos atores subentende efeitos de complementação das atividades de cada um, ela precisa, também, de um deslocamento dos atores e, especificamente, do seu trabalho para levar em conta as restrições dos outros atores do ecossistema cooperativo. Isso modifica, às vezes profundamente, a organização e o modo de gestão.

Os recursos estratégicos para conduzir a emergência e o desenvolvimento desse novo modelo econômico de tipo servicial são os recursos imateriais⁸, a saber, a capacidade de desenvolver a confiança, de apoiar-se nas competências, de conceber organizações pertinentes e de favorecer o empenho no trabalho (efeitos de saúde). O desenvolvimento desses recursos implica, sobretudo, investimentos imateriais, tais como os dispositivos de retorno de experiência destinados à inovação servicial ou à profissionalização, os dispositivos de avaliação do valor criado, assim como da cooperação, de dispositivos de pesquisa e de desenvolvimento imateriais.

6 Em direção à noção de ecossistema territorializado

Os interesses em compartilhar os investimentos materiais e imateriais, a necessidade de cooperar para manter juntos uma performance de uso e a busca por encarregar-se das externalidades resultam numa organização sob forma de um ecossistema cooperativo territorializado.

Emprestado da ecologia, o termo “ecossistema” refere-se, em economia, a um agrupamento de atores que age numa convergência de interesses, a serviço de um projeto com pretensões econômica, social, societal e ambiental. Os atores do ecossistema desenvolvem uma comunidade estruturada por interações baseadas em compromissos recíprocos, trocas de informação e de conhecimento, e compartilhamento de recursos, materiais e imateriais, permitindo o desenvolvimento e a perenidade do projeto. Diferentemente da cadeia de valor, que organiza um processo econômico com base em um sequenciamento de atores ligados por uma coordenação dos elos dois a dois, e na qual o valor monetário é na maior parte captado por um deles, no ecossistema, a criação de valor está relacionada à capacidade de manter a performance de maneira síncrona; o valor monetário criado sendo compartilhado como base

⁸ Imaterial: não mensurável ou não contabilizável.

nos compromissos e na realização desses compromissos. A distribuição do valor monetário criado é operada levando-se em conta o objetivo de longo prazo de reforçar os recursos individuais e coletivos.

A cadeia de valor assume uma representação linear e sequencial; ao passo que o ecossistema cooperativo é muitas vezes representado por um conjunto de atores com múltiplas relações e organizados em torno de um integrador, que pode funcionar como sustentáculo da cooperação.

Finalmente, trata-se de conseguir organizar-se para assumir um desafio de desenvolvimento sustentável pela implementação de uma solução pertinente, na escala das áreas territoriais específicas. No longo prazo, trata-se de assegurar a perenidade dos atores envolvidos, bem como de sua cooperação.

7 Articular modelo (micro) econômico e modelo de desenvolvimento territorial sustentável por meio de ecossistemas cooperativos territorializados

Uma vez que, os limites foram identificados, os desafios colocados, e o modelo econômico considerado descrito surge a questão das formas de ação que permitem a emergência e a consolidação de ecossistemas cooperativos territorializados.

Enquanto foi exposto como criar um terreno favorável à emergência de tais ecossistemas, trata-se agora, dentro de uma perspectiva mais metodológica, de especificar as etapas de uma abordagem voluntária de assumir um desafio de desenvolvimento sustentável na escala de um território.

7.1 Primeiro passo: começar a qualificar os desafios de desenvolvimento sustentável do território e identificar os atores dispostos a engajar-se coletivamente na construção de uma resposta a um desafio

O primeiro passo consiste em entender os desafios enfrentados pelo território em suas múltiplas dimensões. Essas dimensões geralmente não coincidem com a organização “em silo” das organizações, mas, abrangem, em uma nova área, a esfera funcional. Por exemplo, a esfera da mobilidade sustentável, do bem viver alimentar, da prevenção de resíduos, da transição energética e da moradia.

Essa configuração em movimento, geralmente, permite identificar um primeiro conjunto de

atores de diferentes setores de atividade dispostos a engajarem-se coletivamente em torno de um desafio.

7.2 Segundo passo: refletir coletivamente sobre as formas de assumir o desafio, centrando a reflexão sobre os usos, os modos de vida, os modos de organização do trabalho e fazer emergir os contornos de uma solução integrada.

Seis princípios de ação orientados pela "economia de funcionalidade" em uma perspectiva de desenvolvimento sustentável:

- Um princípio de resiliência: levando em conta especificidades, recursos da história do território.
- Um princípio de inovação baseado na experiência dos atores.
- Um princípio de integração baseado na atenção aos usos.
- Um princípio de compartilhamento de recursos e de seu financiamento.
- Um princípio de articulação e de sincronização temporal.
- Um princípio de curto circuito e de proximidade.

Uma vez que uma esfera de desafios foi escolhida, o segundo passo consiste em compartilhar a experiência de atores públicos, privados, associativos e parapúblicos. Como explicar a situação atual? Quais são os usos atuais no território? Quais são as necessidades? Quais são os limites para a ação de cada um? Podemos ser mais pertinentes juntos? Em que condições?

Os atores são especialmente convidados a questionar o valor do uso dos bens e os efeitos úteis dos serviços. Como o acesso a um bem (um carro pessoal) ou a um serviço (uma assistência domiciliar) cria valor para o beneficiário? E de que maneira o modo de produção, bem como o uso desse bem ou o acesso ao serviço também geram efeitos indiretos não intencionais em terceiros, ditos efeitos de externalidade, positivos ou negativos? Por exemplo, o uso de um veículo pessoal pode contribuir para a geração de engarrafamentos em determinados momentos. O acesso à assistência domiciliar gera valor não apenas para o beneficiário, mas também para sua família e para os agentes de saúde.

Centrar a análise nas condições de uso e no valor servicial permite revisitar a pertinência das ofertas, sair da padronização para levar em conta dimensões específicas, relacionadas às situações pessoais e à especificidade dos territórios; sobretudo integrando os efeitos de externalidade. Essa mudança de perspectiva nos permite imaginar outra relação com os bens e

os serviços disponibilizados.

A análise dos desafios relacionados à esfera da mobilidade em um território rural pode revelar uma desvantagem de acesso ao emprego para as pessoas sem veículo/meio de locomoção pessoal. Uma das dimensões de performance de uso esperado pode, portanto, ser o acesso ao emprego. De acordo com os territórios, sua organização, suas formas de moradia e seus locais de trabalho, os componentes da solução integrada podem consistir na configuração de um serviço de compartilhamento de transporte envolvendo os empregadores/pólos de emprego, e reforçando as linhas de transporte público, para configurar um serviço público de transporte sob demanda. A implementação da solução exigirá a mobilização e a cooperação de um conjunto de atores públicos (por exemplo, os serviços de emprego) e privados (os empregadores), incluindo os habitantes (ex: a carona solidária).

Dessas trocas, emergem os seguintes entendimentos:

- condições a serem atendidas para manter uma performance de uso;
- diferentes componentes da solução a serem integrados à serviço desta performance de uso; e
- questões de cooperação permitem superar os limites próprios da ação de cada indivíduo. Este trabalho permite também questionar os efeitos da externalidade e, conseqüentemente, identificar atores complementares a serem associados à reflexão. Os contornos gerais de um ecossistema cooperativo são estabelecidos.

7.3 Terceiro passo: apoiar o surgimento de ecossistemas cooperativos territorializados - rumo à estabilização de um novo modelo de desenvolvimento.

Apoiar o surgimento de ecossistemas cooperativos consiste, em grande parte, em acompanhar os atores para trabalharem juntos de formas novas. A emergência e a estabilização de um novo modelo econômico, que possibilite responder aos desafios do desenvolvimento sustentável, exigem que nos preocupemos e forcemos o trabalho real, a qualidade da cooperação e o reconhecimento do compromisso dos diferentes atores que estruturam o ecossistema; a pertinência das condições de avaliação e de repartição monetária associadas à atividade e induzidas pela solução; a coerência do quadro jurídico e das modalidades de governança do ecossistema cooperativo; finalmente, a autoconfiança, a confiança nos outros e o prazer de se engajar em uma iniciativa coletiva significativa, que alguns chamam de resiliência coletiva. O

território é um recurso para promover esses deslocamentos. Os pontos a seguir ilustram algumas dessas mudanças a serem trabalhadas para criar-se uma dinâmica de criação de valor.

8 Trabalho real: pilotar pelo desenvolvimento de recursos imateriais e pelo reconhecimento do trabalho real dos atores

Produzir e propor uma oferta dentro de uma perspectiva servicial requer prestar atenção ao desenvolvimento dos recursos imateriais relacionados ao trabalho e dos recursos estratégicos para se engajar em uma direção de "performance de uso". Assim, as competências, os conhecimentos, a capacidade de comprometimento e a criatividade dos trabalhadores, a confiança, a pertinência da organização e a qualidade da relação com os beneficiários estão no centro da capacidade de produzir valor de serviço. O fortalecimento do ecossistema cooperativo requer investimentos imateriais - formação, avaliação, diálogo social, retornos de experiência - que são destinados tanto a desenvolver esses recursos quanto a reconhecer o comprometimento de cada um.

O território é um ponto de apoio para favorecer o desenvolvimento de recursos imateriais e reconhecer o comprometimento de cada um: o pertencimento a um mesmo território pode, assim, ser propício ao desenvolvimento da confiança entre os atores, favorecendo a pertinência de uma solução em relação a uma situação específica e permitir o desenvolvimento de um conjunto de competências compartilhadas. Além disso, o território pode favorecer o compartilhamento de investimentos imateriais: compartilhar o custo de um estudo, uma experimentação, uma avaliação, compartilhar uma formação, organizar um retorno da experiência. Em consequência, cria-se gradualmente uma cultura e uma capacidade de ação comum, assim como um patrimônio coletivo imaterial. Conhecimento compartilhado, experiência conduzida e avaliada conjuntamente são exemplos de patrimônio imaterial coletivo.

A nova abordagem implica também revisitar o trabalho e as relações com os beneficiários das ofertas. Isso envolve:

- por um lado, a saída da avaliação única centrada em indicadores quantitativos (= a medida), que dificilmente explicam o valor do serviço, para ir em direção a um conjunto de elementos de avaliação compartilhada. Por exemplo: apreciar os efeitos úteis de uma solução integrada de "bem-estar alimentar" passa pelo acesso aos relatos das pessoas, ou pelo menos tanto quanto aos indicadores mensuráveis; e

- por outro lado, uma atenção particular à qualidade da cooperação, isto é, à capacidade de cada um de levar em conta as restrições do outro no trabalho que ele realiza com ele/para ele. Isto implica, notadamente, considerar os beneficiários como parte interessada na manutenção da performance de uso (agir com e não sobre as pessoas).

9 Perenidade financeira: pilotar pela complementaridade das dimensões monetárias e não monetárias do engajamento

Para ser sustentável, o projeto deve ser capaz de estabilizar, a médio/longo prazo, uma visão de sua dimensão financeira, tanto em termos de investimentos quanto de renda regular. Trata-se, assim, de coletar contribuições não monetárias e monetárias, muito além de eventuais fundos públicos que possam ser alocados a ele.

Para sua sustentabilidade financeira, o ecossistema cooperativo precisa de legibilidade a médio e longo prazo. Deste ponto de vista, as convenções monetárias e não monetárias devem ser construídas com base em compromissos de médio-longo prazo e afastar a venda de recursos (bens, tempo de serviço) que induzem uma lógica de volume e curto prazo.

Do lado dos diferentes tipos de beneficiários, o compromisso deve ser apresentado, por um lado, sob a forma de contribuição não monetária para a atividade (aquilo que eles farão no âmbito da coprodução da solução integrada; aquilo que eles estão prontos para fazer), por outro lado, sob a forma de "despesa monetária aceitável" em relação a uma previsão da "performance de uso" co-construída com os atores engajados em uma atividade remunerada.

Diante desse duplo desafio, os atores do ecossistema cooperativo devem antes de tudo questionar os efeitos úteis de sua ação, com o objetivo de avaliar conjuntamente tanto o valor criado quanto a qualidade da cooperação que possibilitou manter a performance de uso. Trata-se, de fato, de mudar as convenções monetárias de uma lógica de preços baseada em um "padrão" de qualidade que, em última instância, refere-se a uma relação com os custos (recursos comprometidos) para ir em direção a uma despesa aceitável, que evolui com o tempo/progressiva ao longo do tempo, e que é a expressão de um valor dependente de diferentes dimensões (a multifuncionalidade da solução integrada).

Muitas coletividades locais querem promover um "viver juntos" em seu território. Mas quando recebem promotores ou investidores, eles organizam a relação em torno da cessão de direitos

para construir, o que não garante de modo algum uma qualidade de relações de proximidade! Pensar em uma solução integrada no âmbito da moradia, que assume a dimensão da "convivência", implica em articular a concepção dos edifícios/espços públicos com o tipo de uso imaginado e, depois, acompanhar os ocupantes na utilização dos lugares considerados desejáveis, para favorecer formas de trocas, de partilhas e o desenvolvimento de várias animações e de serviços. Em troca, como as boas relações de vizinhança têm um impacto sobre a manutenção das instalações, dos espaços? A partir de uma capacidade maior de comprometimento das populações em assumirem desafios locais? Esses elementos de avaliação são essenciais para imaginar um compromisso e contribuições dos diferentes atores na implementação da solução. Trata-se de não mais deixar-se confinar em uma abordagem dominada por um custo que deve ser reduzido, mas abrir-se a uma despesa que gera uma dinâmica de criação de valores de diferentes naturezas provenientes de diferentes níveis, destinados a diferentes tipos de atores.

Para enfrentar esse duplo desafio, os atores do ecossistema também devem explorar os efeitos induzidos da atividade na sociedade, incluindo efeitos não intencionais (externalidades) e os atores territoriais associados a seus efeitos. É uma questão de considerar os dispositivos de cooperação-contribuição entre os atores que se beneficiam dos efeitos positivos e aqueles que levam os investimentos. Por exemplo, um agricultor que passa de uma prática convencional para uma agricultura biológica elimina um impacto negativo sobre os lençóis freáticos. A companhia de água, portanto, beneficia-se de uma externalidade positiva. Essa externalidade pode ser integrada ao novo modelo de rendimentos por meio de uma contribuição que pode assumir a forma de um auxílio à reconversão, por exemplo.

10 Coerência jurídica e da governança: pilotar pela convergência de interesses

São quatro os requisitos para a governança:

- Favorecer o codesenvolvimento com os habitantes e os usuários do território.
- Articular pensamento global e estruturado, de um lado, e dimensões operacionais, do outro.
- Articular o curto e o longo prazo.
- Concordar com um sistema de valores e desenvolver o espírito de responsabilidade.

Hoje, a lei, as ferramentas legais e as formas de contratualização firmam a primazia do interesse

individual de cada um dos atores, cada uma das partes interessadas, sobre o interesse coletivo, comum. Além disso, a forma contratual é muitas vezes bipartida, congelada ou pouco progressiva e defensiva. É indispensável imaginar outra abordagem para essas questões.

Por exemplo, em relação à dimensão jurídica: uma parte das políticas públicas é implementada por atores privados, por meio de contratos públicos ou de concessão de serviço público: o planejamento de uma praça, a gestão da água, a produção/distribuição de refeições para escolas, o acolhimento em creches, entre outros. A forma jurídica (sociedade de direito privado) e a estrutura de capital fazem com que uma parte desses atores seja, afinal, controlada com base na definição de uma taxa de rentabilidade esperada pelos acionistas. Nessas condições, os atores públicos, bem como os beneficiários dos serviços, questionam-se sobre a convergência possível de interesses. Isso é seguido por uma relação de desconfiança que limita fortemente as capacidades de cooperação entre os atores. Portanto, é necessário pensar em uma forma de relação entre os atores públicos, privados e os habitantes à escala do ecossistema cooperativo para ser um ponto de apoio à cooperação.

A Sociedade Cooperativa de Interesse Coletivo (SCIC), uma forma jurídica que surgiu no início dos anos 2000, é uma forma legal que é cada vez mais usada para projetos de utilidade social/local. Ela permite associar uma diversidade de atores (públicos, privados, funcionários, beneficiários) em uma mesma governança e permite que um ator público associado ao capital possa solicitar serviços sem passar pela estrutura dos contratos públicos.

Por exemplo, sobre a relação contratual: a compra de um bem, de uma prestação de serviço, é geralmente acompanhada por uma definição dos compromissos e responsabilidades de cada uma das partes. Trata-se de poder atribuir a um ator uma eventual falha. Mas todo serviço é, na realidade, uma coprodução com o beneficiário. Assim, um "bom" corte de cabelo resulta, pelo menos, tanto do conhecimento técnico quanto de uma capacidade do cabeleireiro de dialogar com seu cliente a fim de entender o que está em jogo para ele: efeito de imagem, de valorização, de distinção, de pertencimento a um grupo social.

A noção de performance de uso reforça essa dimensão de coprodução, associando-a àquela de cooperação. A performance, bem como a não-performance, não pode, portanto, ser associada a apenas uma das partes. Portanto, é necessário imaginar uma estrutura contratual que reconheça esse desafio de cooperação e convide a construir um entendimento compartilhado das condições nas quais a performance de uso é mantida. Por exemplo, o sucesso de uma política de prevenção

de resíduos passa pela capacidade de cooperar com os habitantes ou atores econômicos produtores de resíduos. O agente de prevenção, seja ele público ou privado, naturalmente tem uma participação no sucesso - ou não- da performance de uso, mas em nenhum caso ele pode ser responsabilizado, sozinho, pelo resultado.

Assim, construir um novo modelo econômico assumindo questões de desenvolvimento sustentável na escala dos territórios implica em inovar a favor de formas adaptadas à convergência de interesses.

Como explicamos anteriormente, os modelos econômicos das empresas estão articulados aos modos de consumo dos domicílios, por um lado, e aos modos de produção induzidos pelas organizações, por outro. Mudar os modelos econômicos das empresas para o modelo de desenvolvimento dos territórios passa por uma evolução dos estilos de vida e das organizações de trabalho. Essas últimas devem se tornar desejáveis.

A evolução do modelo econômico numa perspectiva favorável à consideração dos desafios do desenvolvimento sustentável passará, portanto, em parte pela construção de outro imaginário, de uma compreensão dos desafios aos quais a sociedade é confrontada e das formas de respostas que é possível trazer, de maneira individual ou coletiva. A título de ilustração, indicamos anteriormente que um serviço é uma coprodução e, conseqüentemente, implica a cooperação do beneficiário. Essa abordagem está em desacordo com o discurso sobre "o cliente-rei", que induz comportamentos frequentemente problemáticos no relacionamento com os fornecedores de bens e serviços.

A capacidade de imaginar um novo devir que não seja um prolongamento do presente pressupõe esforços de criatividade e demanda um compromisso prolongado de uns e de outros. No entanto, sem um dispositivo de reconhecimento de empenhos, os esforços de empenho implicados no trabalho, como os esforços para se engajar no seio da sociedade civil, não podem se sustentar.

Numa perspectiva de desenvolvimento sustentável, cada território pode ser ao mesmo tempo portador de valores, de um imaginário coletivo e de experiências, de práticas que são tanto pontos de apoio, ou às vezes freios, a uma evolução dos modos de vida e, portanto, dos modos, formas de consumo. É essencial, como veremos logo depois, integrar essa dimensão à ação.

11 A experiência de um primeiro dispositivo de acompanhamento territorial baseado no referencial da economia da cooperação e da funcionalidade

Entre o final de 2015 e o início de 2017, o CERDD iniciou um primeiro dispositivo de acompanhamento de três consórcios municipais em Nord-Pas de Calais, mobilizando o referencial da economia da funcionalidade e da cooperação. O acompanhamento realizado pode ser comparado às duas primeiras fases apresentadas acima: o trabalho coletivo em torno de uma questão – a alimentação para a comunidade urbana de Dunquerque, a redução/recuperação de resíduos fermentáveis para a comunidade de aglomeração/comunidade urbana de Porte du Hainaut, a renovação térmica da moradia para a comunidade da cidade de Sud Artois.

O acompanhamento permitiu, sobretudo, impulsionar uma reflexão sobre os modos de assumir o desafio concentrando-se nos usos e nas condições a serem atendidos para obter uma performance de uso. Os acompanhamentos resultaram na definição de uma solução integrada, assim como na implementação das primeiras cooperações.

11.1 Primeiras trocas de experiências entre cidades piloto da transição

Com base em uma avaliação inicial da experiência de Loos-en-Gohelle, quatro cidades "pilotos da transição" estão comprometidas em compartilhar sua experiência. No segundo semestre de 2018, elas buscaram estabelecer um referencial comum que fosse capaz de incluir a dimensão econômica do desenvolvimento sustentável dos territórios em transição. Essa iniciativa, que assume a forma de uma oficina de trabalho, tem vocação para estender-se a outros territórios, incluindo territórios rurais, territórios onde os “agentes motores” são da sociedade civil. A articulação de uma transição ecológica e social desejável para uma transição econômica através da economia da funcionalidade e cooperação foi postulada. Seus ensinamentos podem constituir-se em uma alavanca importante no surgimento de ambientes inovadores funcionais territorializados.

11.1.1 A construção de respostas pelos territórios às questões de prevenção de resíduos, de transição energética, etc. com o apoio da ADEME

A ADEME já está apoiando e copilotando um conjunto de dispositivos a serviço da admissão dos desafios energéticos e ambientais. Esses dispositivos destacam a necessidade de construir uma resposta associando uma diversidade de atores, numa lógica de cooperação. Diagnósticos coletivos são implementados, planos de ação acordados, possibilitando construir um entendimento comum dos desafios e desenvolver capacidades de ação. Atores desempenham um papel de facilitadores, integradores e, às vezes, animadores da cooperação. Os habitantes, as empresas e os atores públicos aprendem/reforçam suas capacidades para trabalharem juntos.

O referencial da economia da funcionalidade e da cooperação pode ser utilizado para compartilhar um inventário das iniciativas lançadas. Por exemplo, questionando as dinâmicas da cooperação, as condições e efeitos da cooperação; ou os recursos imateriais mobilizados e seu desenvolvimento. A maneira também como os projetos integram/trazem respostas aos efeitos de externalidade, ou aos dispositivos de revelação/valorização do valor criado.

Talvez surja nesta ocasião um interesse em se apropriar ainda mais do referencial da economia da funcionalidade e da cooperação, como ponto de apoio para continuar a caminhar.

11.1.2 O apoio para projetos territoriais de economia da funcionalidade

A ADEME pretende apoiar projetos territoriais multiautores apoiando-se no referencial da economia da funcionalidade e da cooperação quadro econômico e na abordagem apresentada neste documento. Esses projetos possibilitarão explorar como um novo modelo econômico pode ser uma via de desenvolvimento sustentável para territórios, em uma variedade de temas, como a alimentação, a moradia e a prevenção de resíduos.

A partir de agora, a ADEME e a ATEMIS planejam formalizar ainda mais uma metodologia de acompanhamento de territórios, a fim de trazer uma resposta ao desafio identificado: pensar e implementar uma articulação entre um modelo (micro) econômico e um modelo de desenvolvimento do território orientado para assumir questões ambientais e sociais.

Conclusão

Animar um espaço público para seguir rumo à constituição de ambientes inovadores funcionais territorializados e fazer emergir um novo modelo de desenvolvimento econômico sustentável dos territórios, envolve: sair da ação “em silo”; não se limitar à avaliação dos resultados, em particular de sua única dimensão mensurável; ultrapassar as oposições de interesse entre atores públicos, para-públicos e privados; sair do controle pelos custos; e levar em conta o real do trabalho.

O engajamento em uma nova dinâmica requer a criação e a animação de um conjunto de dispositivos constituindo gradualmente um ambiente inovador a serviço da promoção e da implementação de um novo modelo econômico associado ao desenvolvimento sustentável.

Um desses dispositivos estratégicos é a animação do debate público, em proximidade com os eleitos locais, empresas locais, independentemente de seu status, e mais amplamente com a

população.

Animar o debate público significa simultaneamente compartilhar a compreensão das questões do desenvolvimento sustentável, atravessar o imaginário sobre o devir do território, sobre os futuros desejáveis, para atender diferentes categorias de atores (empresários, habitantes, atores públicos, pesquisadores em ciências humanas, ciências sociais, consultores) e favorecer as dinâmicas de inovação, de cooperação e compartilhar os retornos de experiência. De fato, mudar o modelo significa, antes de tudo, mudar o imaginário, o referencial cultural, e não apenas construir uma forma nova e mais relevante de organização.

Referências

- Dejours, C; Du Tertre, C. (2015). «Le temps du changement: vers un modele économique à l'aune du travail vivant », in Dejours C., *Le Choix*, Editions Bayard, Paris, pp. 103 - 218.
- Di Meo G., (1988). Géographie sociale et territoire, coll. Fac-géographie
- Du Tertre, C. (2006). «Ouvrir le champ de l'évaluation de la performance au registre des externalités», in Edith Heurgon (coordinatrice), *Le développement durable c'est en fin du bonheur*, collection essai, Editions de l' Aube, pp 104-120.
- Du Tertre, C. (2007a). « Création de valeur et accumulation ; capital et patrimoine », *Economies et Sociétés*, tome LX, n°3, pp. 157-176.
- Du Tertre, C. (2007b). « Difficultés des entreprises et espaces de régulation », in Antoine Lyon-Caen et Quentin Urban (sous la dir.), *Les salariés et la défaillance de l'entreprise*, collection « Thèmes et commentaires », EditionsDalloz, Paris, pp. 135-159.
- Du Tertre, C. (2007c). «Economie de la fonctionnalité, performance et Développement Durable», in Edith Heurgon (coordinatrice), *Economie des services et Développement Durable*, l'Harmattan, Paris, pp 39-49.
- Du Tertre, C. (2011). «Modèles économiques d'entreprise, dynamique macroéconomique et développement durable», in G. Gaglio, J. Lauriol et C. du Tertre (éds.), *L'économie de la fonctionnalité, une voie nouvelle vers un développement durable?* EditionsOctarès, pp. 21-59

- Du Tertre, C. (2017). «Economie circulaire»: «Economie de la fonctionnalité», in J.-L. Pilassoux éditeur, Dictionnaire des collectivités territoriales et développement durable, Editions Lavoisier, Paris, collection Tec et Doc, pp. 167-168 et 169-171.
- Gaglio, G., Lauriol, J., & Du Tertre, C. (2011). *L'économie de la fonctionnalité: une voie nouvelle vers un développement durable?*. Octarès Editions.
- Laurent, C., & Du Tertre, C. (2008). *Secteurs et territoires dans les régulations émergentes*. L'Harmattan.
- Theys, J., Du Tertre, C., & Rauschmayer, F. (2010). *Le développement durable, la seconde étape* (No. halshs-00737635).
- Vuidel, P. Du Tertre, C. & Lipovac, J-C (2012), «Villes durables: vers de nouveaux modèles économiques d'entreprise ? », *L'Économie politique*, 2012/1 n° 53, p. 31-39.